

GUAPIMIRIM – REPRESENTAÇÕES, TRUNFOS DE LEGITIMIDADE TERRITORIAL E POLÍTICAS DE SIGNIFICADO.

André Santos da Rocha¹

Resumo

Este trabalho tem como objetivo apresentar algumas reflexões sobre a relação território – representação, a partir do estudo de caso do município de Guapimirim localizado no estado do Rio de Janeiro, Brasil. Busca-se reflexões teóricas sobre representações em Bourdieu, Lefebvre, Stuart Hall e Duncan e sua relação com a noção de políticas de significado de Geertz e de trunfos de legitimidade territorial de Ivaldo Lima e André Rocha. A partir de Raffestin, entendemos que a construção da representação é um recurso delimitador e fundador de um território. A construção da representação de um território se dá numa constante disputa de “políticas de significado”, onde são mobilizados “trunfos territoriais” (posição ou situação geográfica, legado geo-histórico, recursos materiais etc) para legitimar uma representação. O caso do município de Guapimirim, coloca em evidência esse jogo de representações onde a imagem que se cria sobre o território de Guapimirim pode incidir sobre as políticas territoriais de inclusão-exclusão em duas regiões – Baixada Fluminense e Serra Verde Imperial, que por sua vez estabelece diferentes vantagens e desvantagens para este município. As representações aparecem em propagandas de diferentes veículos midiáticos e ações da administração municipal que criam e recriam a imagem de Guapimirim de acordo com seus interesses.

Palavras Chaves: Representações, Trunfos de Legitimidade territorial, Políticas de Significado em Guapimirim.

¹ Professor do Departamento de Geociências da UFRRJ no Curso de Geografia (BRASIL). Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ (BRASIL); Mestre em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (BRASIL). Email: asrgeo@gmail.com

Algumas considerações iniciais

Nos últimos anos foi crescente a abordagem territorial nos estudos geográficos no Brasil e na América Latina. Isto se deu pelo fato de que o território, visto como um conceito chave, permitiu análises sobre a dimensão social, econômica e política nas revalidades sobre o exercício do poder, tendo em vista o enfoque espacial. Tal perspectiva é destacada, sobretudo nos trabalhos de Raffestin (1993), Haesbaert (2004) e Saquet (2007).

Contudo, neste texto nos concentraremos na perspectiva relacional da abordagem territorial (HAESBAERT, 2004), que compreende a articulação entre processos sociais e o espaço material, nas quais o território é entendido primordialmente como uma relação do que por fato consolidado (HEIDRICH, 2010).

Entender o território como produto de uma relação implica em afirmamos que este é construído, segundo Raffestin (2010) diferente do dado ou ofertado. A idéia de construído, ou produzido, implica a dimensão da ação. Ações estas que envolvem tantas práticas materiais quanto imateriais. Práticas estas que estão envolvidas em disputas de legitimidades do poder e referen-se sempre em uma apropriação. Logo, se o território é o produto de relações de poder que se circunscrevem no espaço, podemos afirmar que ele é uma representação do poder legitimadas (apropriadas) espacialmente (ROCHA, 2009).

Quando apontamos as práticas que envolvem a construção do território, estamos nos referindo a mesma idéia que Raffestin (2010;1993) quando remete a noção de trabalho. Para ele este seria composto pela combinação entre energia e irfomação. Por energia, o autor se refere as designadas forças produtivas capazes de circunscrever materialmente impressões no espaço (moldes na paisagem, ordenamento do território, construções de vias de circulação, etc). Por informação, Raffestin a entende como o somatório das ações simbólicas que envolvem a produção de imaterialidades capazes de ordenar de forma não visível o território (redes sociais, representações, imagens). Para Raffestin (2010, p. 18) “*a quantidades variável de energia e de informação determinam os tipos de trabalho (de reprodução ou invenção)*”.

Neste sentido, se existe uma relação material e imaterial que está envolta da produção do território e em suas apropriação. Trazemos aqui dois questionamentos:

- a) De que forma as representações pode contribuir para compreensão da produção e apropriação do território?
- b) Que exemplo na América Latina e/ou no Brasil podemos tomar como válidos para o entendimento das representações na abordagem territorial para contribuir com geografia política e econômica contemporânea?

Para responder tais questionamentos, primeiramente, iremos apresentar concepções sobre a idéia de representações e sua relação com o território, explorando dois pontos em que essa relação é possível: na sistematização das idéias de *trunfos de legitimidade territorial* apontados por Lima & Rocha (2010) e de *Políticas de Significado* apontados por Geertz (1989). Em seguida, trataremos o exemplo de Guapimirim, RJ (Brasil) estudados por nos (Rocha, 2009) que visualizamos como capaz de exemplificar como a dimensão imaterial influencia a produção do território e por ela é influenciada, sem estar deslocada das práticas sociais materiais que envolvem a produção do território e que de alguma forma abrem um campo de debate à geografia política e econômica contemporânea.

Sobre representações e o território, trunfos de legitimidade territorial e políticas de significado

Desde os primórdios à sistematização da geografia como ciência entre os séculos XIX e início do século XX, a idéia de representação sempre esteve no cerne de suas discussões e produções. Porém, sem discussões teóricas profundas a idéia de representação sempre esteve associada a práticas de geógrafos seja na “representação cartográfica”, seja nas “meta-narrativas do mundo”, seja nas “descrições das coisas e dos lugares” (KIMBLE, 2005).

Duncan & Ley (1993) apontam, pelo menos, quatro direcionamentos nas quais a representação do mundo era feita no âmbito da geografia, a saber:

- (1) Primeira relacionada-se com a simples observação do mundo, na qual a contemplação da paisagem poderia oferecer a representação fiel das coisas, observa-se aí forte influência do romantismo e do empirismo sobretudo na geografia do século XIX;

- (2) A segunda, consolidada sobre uma base positivista, tem seu enfoque carregado na descrição e na classificação. A representação é vista neste direcionamento como uma redução da realidade;
- (3) o terceiro direcionamento ganha uma perspectiva sobre o posmodernismo. A representação é vista como meta-narrativas, questionando a construção do pesquisador e do objeto, vistas sempre em uma construção epistemológica e sempre colocadas diante de um relativismo radical. Esta abordagem é mais contemporânea e tece uma crítica radical às duas primeiras abordagens; e
- (4) o quarto direcionamento é associada a uma perspectiva relacional com base na hermenêutica. As representações são consideradas como parte integrante da cultura, das formas de conhecimento imbuidas de valores simbólicos que só podem ser entendidas em seus respectivos contextos espaciais e históricos.

No entanto, percebemos que Duncan (1993) não teve a preocupação de buscar uma definição para representações, por mais que sinalize a importância delas na compreensão de fenômenos culturais impregnados na dimensão espacial. Em especial quando escreve o texto *The city as text: The Politics of Landscape Interpretation in the Kandyan Kingdom*, onde deixa claro como a paisagem guarda representações com distintos significados e representações. Neste mesmo caso poderíamos citar os trabalhos de Cosgrove & Daniels (1988) e Cosgrove (1993).

Na tentativa de discutir a validade analítica Hall (1997) também apresenta três modelos de análise das representações. O primeiro seria o Reflexivo, onde as representações seriam captadas pela simples análise sensoriais, onde a interpretação das representações se encontrariam nas formas materiais ou imagens. Na segunda perspectiva, a intencionalista, Hall aponta que a interpretação das representações não estariam nas formas, mas nas intenções de quem as produziu, assim bastaria observar os produtores das representações para entendê-las. E, por último a perspectiva construtivista, onde a interpretação das representações estariam na via de mão dupla entre sujeito e objeto, que seriam impregnadas no contexto da vida. É importante frisar que este último modelo se aproxima bastante da quarta perspectiva apontada por Duncan (abordagem interpretativa).

Contudo, é importante definirmos que utilizaremos a ideia de representações vista sobre um caráter interpretativo (DUNCAN, 1993) / construtivista (HALL, 1997),

que em síntese são a mesma coisa. Com a necessidade de uma definição sobre o conceito de representação, partimos então da menção de Bailly (1995) onde para ele, as representações podem ser entendidas como formas de conhecimento do mundo e das coisas que ele compõe. Elas estão, inclusive, presentes como partes da produção do espaço (LEFEBVRE, 2006;1972). Essas formas de conhecimento são expressas através de diferentes modos. Seja pela linguagem, seja pelas imagens mentais, ou mesmo pelas formas materiais que qualificam a relação entre o sujeito e objeto (ROCHA, 2010).

Jodelet (2001) quando procura sistematizar atribuições do campo das representações sociais, sintetiza-as com as seguintes atribuições: (a) a representação social é sempre uma representação de alguma coisa (objeto) e de alguém (sujeito); (b) A representação social como uma relação de simbolização e interpretação; (c) A representação como forma de conhecimento ; (d) A representação qualifica um saber prático de experiências contextualizadas

Neste sentido, buscaremos entender as representações apartir de uma perspectiva relacional, onde elas fazem parte da vida social, das práticas das vidas dos sujeitos, que compõe a cultura política e social (GEERTZ,1989). Todas as representações são,também, sociais. Assim, é possível vislumbrar um campo de estudos que atribui cabal importância aos significados simbólicos que estruturam e hierarquizam práticas sociais. Neste caso, concordamos com Geertz quando aponta que a análise das representações, seriam instrumentos analíticos importantíssimos para compreender as práticas sociais que ordenam e influenciam determinada sociedade. Práticas essa que poderiam estar moldadas em relações de poder, constituindo assim, um verdadeiro poder simbólico (BOURDIEU, 2007).

Assim, se entendermos que as representações fazem parte da vida social e configuram como formas de saber, conhecimento, simbolização e interpretação, poderíamos também percebela como informação, no mesmo sentido apontado por Raffestin (2010; 1993). Neste caso, se o território é uma representação das relações de poder, elas (as representações) fazem parte da construção do território e por ele são, também, produzidas (ROCHA, 2009).

Logo, se as representações, também constituem um universo simbólico de poder (BOURDIEU, 2007), poderíamos afirmar que elas mesmas são capazes de construir domínios de poder. Ou seja, as representações construídas sobre o espaço podem servir como delimitadores de ação, revelando-se, então, como formas de conhecimento e

apropriação, delimitando territórios. O território em si é uma representação do poder. Quando se constrói projetos/ representações do espaço, defini-se uma área de ação, nomeia-se, apropria-se.

Raffestin (1993, p. 144) indica esse processo:

Produzir uma representação do espaço já é, portanto, uma apropriação, uma empresa, um controle, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento. Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações. (*Grifo nosso*)

Neste sentido, uma imagem ou modelo que se cria sobre a realidade se constitui como um instrumento de poder. Logo, ao se produzir representações de determinado espaço, projetamos sobre ele uma imagem ideal de território. Contudo, lembrando que Di Méo (2001) coloca a respeito da capacidade diferenciada dos grupos sociais de produzirem territórios, é possível falarmos, então, da capacidade diferenciada de produzir representações de um espaço ideal. Isso não significa dizer que existam representações territoriais verdadeiras e falsas (LEFEBVRE, 2006), mas implica em pensarmos numa “força de representação territorial” que pode estar associada à ação de legitimidade de dado grupo social, ou como prefere Raffestin, um dado ator sintagmático.

A “força de representação territorial” da qual falamos é associada aos mecanismos que são utilizados pelos diferentes atores, agentes e sujeitos sociais na promoção de suas ações. Esses mecanismos correspondem aos meios de comunicação, eventos culturais e/ou científicos, discursos e propagandas, enfim, aos diferentes meios em que possa, em maior ou menor grau, apontar uma representação de poder. Tal “força de representação territorial” se aproxima bastante da idéia de *Políticas de Significados* sinalizada por Geertz (1989), onde as representações e imagens são mobilizadas como estratégias para afirmação e legitimidade de uma prática. Que em nossa abordagem possuem um reflexo territorial.

Neste sentido, para compreender as representações construídas sobre o território, é necessário conhecer suas propriedades reveladas por meio de códigos e de sistemas sêmicos. Estes códigos e sistemas sêmicos são marcados por toda uma infraestrutura de força, que abarca dimensões de trabalho, informação, relações de produção que

delimitam um campo de ação. Desse modo, é possível dizer que as representações se alimentam, também, de um sistema sêmico que é criado para conduzir projetos de poder de um dado grupo.

Se *“a representação compõe o cenário, tendo a organização como espetáculo da tomada original do poder”* (RAFFESTIN, 1993, p.144), podemos afirmar que elas podem ser mobilizadas para construção de políticas de significado que só serão eficazes quando são mobilizadas “trunfos” entre as representações e o território.

Neste caso, lançamos a idéia de “trunfos de legitimidade territorial” que sinaliza, em síntese o proveito, que um dado território, e, portanto seu grupo social, possui de se incluir ou excluir de uma dada composição territorial, buscando se beneficiar das representações ou projetos espaciais que estão ou serão desenvolvidas para uma dada composição territorial (ROCHA, 2009; LIMA & ROCHA, 2010) Os Trunfos de legitimidade Territorial correspondem a recurso nos quais agentes, sujeitos e atores possam dispor para acumular vantagens competitivas. Dentre esses trunfos, figuram recursos materiais, capital simbólico, legado geohistórico, posição ou situação geográfica, dentre outros, como destacaremos no exemplo de Guapimirim.

Contudo, tais perspectivas apontadas serão importantes para discutirmos a relação entre território e representação a partir do caso de Guapimirim, RJ e elucidar as relações propostas sobre as representações e a produção do território. Para isso, se torna importante apresentarmos a história e as problemáticas que envolvem o exemplo em questão.

Guapimirim – situação histórica e problemática.

O município de Guapimirim tem origem no antigo município de Magé foi constituído Distrito, por alvará, de 11-01-1755, e teve confirmada sua criação, pelos decretos n°s 1, de 08-05-1892 e 1-A, de 03-06-1892. É somente na década de 1990 que Guapimirim foi Elevado à categoria de município com denominação Guapimirim, pela lei estadual n°1772, de 21-12-1990. Porém sua instalação só ocorre em 01-01-1993. Estando localizado entre a Região Metropolitana e a Região Serrana do Rio de Janeiro.

Até o século XVII, Guapimirim era habitada pelos índios Timbiras que, com a chegada dos portugueses, subiram a serra e descobriram o Rio Guapi-Mirim. Nossa Senhora D'Ajuda de Aguapei Mirim foi seu primeiro nome, quando fundada em 1674. Era passagem obrigatória para quem se dirigisse à Serra dos Órgãos. A história de Guapimirim está relacionada com a de Magé, município do qual se emancipou

recentemente. Em 1565, Simão da Mota edificou sua moradia no Morro da Piedade, próximo do qual, ainda hoje, existe o porto de mesmo nome, a poucos quilômetros da atual sede municipal. Alguns anos depois, Simão da Mota, com outros portugueses e inúmeros escravos, transferiu-se para a localidade Magepe-Mirim, de onde se originou a atual cidade de Magé. A povoação foi elevada à categoria de freguesia em 1696. Próximo dali também desenvolveu-se, a partir de 1643, a localidade de Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba, reconhecida como freguesia em 1755. Tanto numa quanto noutra, o elemento negro, introduzido em grande número, muito contribuiu para o desenvolvimento da agricultura e elevação do nível econômico local. Em 1926, foi construída a Estação Ferroviária de Guapimirim e, a partir dela, as primeiras construções urbanas. Atualmente esta estrada de ferro liga Guapimirim, Magé e Gramacho.

Guapimirim tem uma formação seu terreno entre a Serra e área de Baixada, atualmente explora essas características para atividades do turismo ecológico e cultural, que muitas vezes são associadas à região serrana, por outro lado explora a formação de Baixada se incluindo politicamente na Baixada Fluminense. Este fato vem coloca o município numa ambivalência sobre a qual composição territorial ela pode fazer parte. Isso se dá pelas vantagens e desvantagens que a ligação com uma área ou outra pode oferecer.

Tendo em vista a oportunidade de desfrutar de tais vantagens se percebe a difusão de representações que são apropriadas como *políticas de significado* para a inclusão de Guapimirim tanto na Baixada Fluminense quando na Serra Verde Imperial, porém essas políticas de significados só ganham projeções devido aos *trunfos de legitimidade territoriais* que são resgatados para legitimar a construção de uma representação ideal de um território, o que acaba por delinear uma verdadeira *geopolítica da inclusão e exclusão* (ROCHA, 2009), onde a partir de seus trunfos de legitimidade territorial, Guapimirim pode se incluir ou excluir da Baixada Fluminense e na Serra Verde Imperial.

Entre a serra e o “pantanal” – Guapimirim e o trunfo de legitimidade territorial em jogo.

As representações construídas hoje sobre Guapimirim transitam entre uma Baixada e uma Região Serrana. Tal movimento é consagrado por políticas públicas da

gestão municipal de forma bastante clara nas diferentes ações estabelecida pela secretaria de turismo e a secretaria de planejamento².

Para tanto, é necessário apresentar que representações contrastantes e complementares são estas. A “serra” que é “trunfo” à participação na região turística da Serra Verde Imperial e o “pantanal” trunfo para a inclusão na Baixada Fluminense.

As representações que marca a idéia de Baixada está ligada a sua própria formação socioespacial e a produção das representações de diversos atores, agentes e sujeitos (LIMA & ROCHA, 2010), contudo aquela que mais se destaca está vinculado a imagens de pobreza, miséria, problemas sociais graves e um quadro de violência social, sobretudo de homicídios que possuem uma repercussão mundial (ROCHA, 2009; ALVES, 2003; 1998). No entanto, a participação na “Baixada”, que têm sua delimitação atual correspondente aos limites de um representação política do urbano no Rio de Janeiro, configura uma aproximação maior com a metrópole trazendo assim, mais benefícios na ordem de políticas públicas sobre a infraestrutura urbana e investimentos no setor industrial e de serviços.

Contudo, a mesma representação que coloca como vantagem para Guapimirim, evidencia uma desvantagem quanto ao uso econômico de suas potencialidades naturais em prol do turismo, sobretudo sobre o turismo ecológico e cultural, devido a ideia de que pertencer a “Baixada” tras consigo a imagem de “cidade violenta” o que pode afastar ou diminuir o fluxo de turistas para Guapimirim. Neste sentido, a representação de uma cidade da “Serra”, que traz consigo representações de “cidade calma, aconchegante e rica em história”, aparece como uma política de significado para obtenção de mais recursos humanos e maior infraestrutura para o desenvolvimento do setor turístico em Guapimirim. Percebe-se ai, que a representação e o território servem como nexos estruturantes para entendermos as relações de poder que se densam sobre o espaço (LEFEBVRE, 1972; RAFFESTIN, 2009).

Essa representação de Guapimirim é presente nos próprios veículos de informação da prefeitura. Há exemplos deste fato no presente “*web-site*”, ou página

² Em entrevista realizada por nós em 8 de junho de 2009 o secretário de turismo Lenir Sobreira deixa bastante claro a necessidade que Guapimirim tem de administrar essa trunfo de legitimidade territorial “...*sabe Guapimirim tem uma posição privilegiada e agente tenta administra tudo isso, temos uma parte de pantanal(Baixada) e uma parte de Serra, então a política da prefeitura atual é estar nos dois...*” .Vale destacar, também a menção de localização na região serrana presente no web-site oficial da prefeitura.

virtual, da Prefeitura Municipal de Guapimirim, indicando dados do município em sua localização:

O município de Guapimirim está situado no Estado do Rio de Janeiro, *fazendo parte da Região Serrana. A cidade está localizada num vale formado pela base do Dedo de Deus*, a 48m de altitude (IBGE-1996), distante 84 km (DER-1997) da capital do estado. Seguir pela Linha Vermelha até a saída para a Rod. Washington Luís, ou Rio-Juiz de Fora (BR-040). Entrar à direita na Rod. Rio-Teresópolis (BR-116) e seguir até o centro do município de Guapimirim. Com 361 Km² (IBGE-2000) faz limites com os municípios de Teresópolis e Petrópolis, ao Norte, município de Itaboraí e fundos da Baía de Guanabara ao Sul. Municípios de Cachoeira de Macacu a Leste e, Magé a Oeste. *(grifo nosso)*³

Como já mencionado, Guapimirim por possuir características naturais de seu terreno em condições “híbridas” (parte em Serra e parte em Baixada) pode, quando lhe convém, inserir-se tanto na composição da Baixada Fluminense quanto na Região Serrana.

A problemática que envolve o município de Guapimirim também se consolida, portanto, na localização que este possui. Sobre isso Cleverson Dias, diretor de eventos da secretaria de turismo de Guapimirim, destaca que “*Guapimirim está numa área, como eu posso te dizer, que sofre influência desses municípios (região metropolitana e Baixada Fluminense), mas também sofre influência da região serrana*”⁴. Essa condição ambivalente de proximidade coloca “nas mãos de Guapimirim” um trunfo de legitimidade territorial capaz de se inserir em qualquer uma dessas composições, seja da chamada região turística da Serra Verde Imperial, seja na Região Metropolitana, mais precisamente na Baixada Fluminense.

A inclusão no contexto da região turística da Serra Verde Imperial é percebida pela prática desenvolvida pela prefeitura no âmbito da secretaria de turismo, que inclui reformas urbanísticas, políticas públicas de fomento ao turismo, práticas de ordenamento territorial juridicamente e simbolicamente ajustadas e a divulgação de eventos que colocam uma “rentabilidade maior” ao pertencimento de uma “proximidade de Serra”.

³ www.guapimirim.rj.gov.br. Data de acesso: 15 de janeiro de 2009.

⁴ Entrevista realizada aos dias 15 de junho de 2009, com o diretor de eventos da secretaria de turismo de Guapimirim (*palavras nossas em destaque*)

As representações difundidas no sentido de “ausência de violência” é uma prática constante da prefeitura municipal para manter esse *status* de cidade de serra⁵ e, ao mesmo tempo, desvinculando uma representação associada à Baixada Fluminense.

Tal representação de pertencimento a essa região turística da Serra Verde Imperial é divulgada em *folders* de eventos culturais da prefeitura (ver figura 1) e encontra respaldo na condição de sua disposição territorial. No entanto, essa mesma prefeitura mantém suas práticas de ação junto à área metropolitana do Rio de Janeiro, mais precisamente a uma geografia política da Baixada Fluminense.



Figura 1 – Representação espacial da Região Turística da Serra Verde Imperial. Fonte - *folder* divulgado pela Secretaria municipal de Turismo de Guapimirim em parceria com a TurisRio e secretaria de Estado de Turismo)

⁵ Idéias retiradas da fala de Ivana, diretora de turismo de Guapimirim. Ela ainda destaca que a prefeitura procura manter essa idéia de cidade pacata através de algumas práticas, tais como: proibindo bailes funk, festa rave, vendas de bebidas alcoólicas em forma de garrafas de vidro em dias de festa, policiamento constante etc.

Quando questionamos Cleverson Dias sobre a localização geográfica de Guapimirim, indagamos por que não se exclui de vez da Baixada. Encontramos a seguinte resposta

“A proximidade pra gente da Baixada cria um vínculo muito maior, quando você chega a Brasília ou mesmo lá no próprio governo do Estado e tal, buscar investimentos... é muito mais interessante pro governo do Estado investir na área metropolitana, entendeu?! Do que investir na Região Serrana que é mais longe....é “legal” investir nas cidades que estão próximas, no entorno,...será que é mais vantagens pro governo investir em Guapimirim ou Porciúncula?.. é por isso que é interessante político administrativamente estar na Baixada”

O fato de pertencer à Baixada Fluminense também traz seus benefícios. A atual gestão de Guapimirim declara que a condição híbrida do município em questão atribui para o local muitos benefícios, em especial na perspectiva dos investimentos públicos que se concentram nas áreas próximas à metrópole. Como a “Baixada Fluminense” faz parte dessa área metropolitana, inserir-se nessa composição induz investimentos públicos em Guapimirim. Essa condição híbrida do seu território somado com a invenção de suas história e imagem, é aproveitado pelo poder político, como o trunfo que legitima seu pertencimento em qualquer uma das duas composições territoriais Ou seja, diferentes políticas de significados são construídas sobre a representação do “pantanal ou Baixada” quanto sobre “a cidade da serra”.

Considerações finais

Para guisa de conclusão deste artigo, é importante destacarmos como a interfasse entre representações e o território foram úteis para exemplificar o caso de Guapimirim. E como diferentes políticas de significado podem ser circunscritas a partir de trunfos de legitimidade territorial. A ação da atual gestão do município de Guapimirim serve para exemplificar nosso segundo questionamento, lançado no início deste artigo. As políticas de significado e o trunfo de legitimidade territorial exemplificados, são de suma importância para a atual gestão de Guapimirim no cenário político e econômico em escala regional. Isso se revela, especialmente, nas palavras do secretário de turismo de Guapimirim, Lenir Sobreira:

“Na verdade, nós somos um município de dupla classificação do conjunto da união. Porque nós temos parte do território onde nós abrigamos o pantanal fluminense (*em referência à Baixada*) e a outra parte na Mata Atlântica (*em referência à Serra*)....e a

gente tenta administrar isso entre um e outro... por isso nós não somos nem da Serra nem da Baixada..”(referência nossa)

A proposta da prefeitura de Guapimirim em torno do turismo e do ecoturismo como via de desenvolvimento local expõe a composição da Região Serrana em maior vantagem, uma vez que a representação hegemônica da Baixada Fluminense coloca impasses à atividade turística nesse município. No entanto, a situação de auto-exclusão se inverte no pertencimento de Guapimirim ao contexto da “Baixada Política”. Isso porque a Baixada Política fortalece os elos partidários e propõe uma solidariedade territorial entre aqueles que vivenciam os problemas de falta de infraestrutura urbana.

Em suma, empreendemos um esforço científico de expandir os horizontes da pesquisa geográfica na direção da dialógica formada entre processos de exclusão e de convergência territoriais, como acenam Precado Ledo (2004), em sua obra *Nuevas realidades territoriales para el siglo XXI* e Lacoste (2008), no seu livro *Geopolítica, la larga historia del presente*.

Contudo, gostaríamos de enfatizar que o exemplo proposto não se limita a uma exclusividade e tão pouco fechamos as idéias teóricas e suas aplicabilidades, pelo contrário, nosso objetivo foi de lançar algumas idéias e provocar algumas discussões que pode ser alçadas em outras esclas de análise, e de alguma forma tentar contribuir teoricamente aos estudos na interfasse entre a geografia política e econômica, sobre tudo no debate entre o território e suas representações .

Referências

ALVES, J. C. S. Baixada Fluminense: a violência na construção do Poder. **Programa de Pós-Graduação em Sociologia/USP (Tese de Doutorado), 1998.**

_____. **Dos barões ao Extermínio:** uma história de violência na Baixada Fluminense. Duque de Caxias:APPH CLIO, 2003.

BAILLY, A. Les représentatios em géographie. In: BAILLY, A. et all (dir.) **Enciclopédie de géographie.** Paris: Economica, 1995.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

COSGROVE, D. **The Palladian Landscape.** Geographical change its cultural representation. University Park: pennsylvania state University Press, 1993.

COSGROVE, D; DANIELS, S (ed's). **The iconography of landscape: essays on the symbolic representation, design and use of past environments.** Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

DI MÉO, G. **Geographie Sociale et territoires.** Paris:Nathan, 2001

DUNCAN, J.; LEY, D.(ed's.). **Place, culture, representation.** London: Routledge,1993.

DUNCAN, J. Site of representation: place, time and the discourse of the other. In: DUNCAN, James; LEY, David(ed's.). **Place, culture, representation.** London:Routledge,1993.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 1989.

HAESBAERT, R. **O mito da des-territorialização: do “fim dos territórios amultiterritorialidade”.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

Hall, S. **Representation - Cultural representation and signifying practices.**

London: Sage Publication,1997.

HEIDRICH,A.L. Espaço e multiterritorialidade entre territórios: reflexões sobre a abordagem territorial. In; PEREIRA, S.P;COSTA, B.P; SOUZA, E.B.C(org's). **Teoria e práticas territoriais : análises espaço-temporais.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

JODELET, D. **As Representações Sociais.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

LACOSTE, Y. **Geopolítica. La larga historia del presente.** Madri: Sintesis, 2008.

KIMBLE, G. H. **A geografia na idade média.** 2ªed. Londrina: EDUEL, 2005.

LEFEBVRE, H. **La production de l'espace.** Paris: Maspero,(1972); 1974.

_____. **La Presencia y La Ausencia. Contribucion a La teoria de las representaciones.** México:FCE, 2006.

LIMA, I. G; ROCHA, A. S. Expressão Geopolítica da Baixada Fluminense : os trunfos de legitimidade territorial em jogo. In: **Anais XVI encontro Nacional de Geógrafos**. Crise, praxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças. AGB: Porto Alegre, 2010.

PRACEDO LEDO, A. **Nuevas Realidades Territoriales Para el Siglo XXI: Desarrollo Local, Identidad Territorial y Ciudad Difusa**. Madrid: Síntesis, 2004.

RAFFESTIN, C. Uma concepção de território, territorialidade e paisagem. In: PEREIRA, S.P; COSTA, B.P; SOUZA, E.B.C(org's). **Teoria e práticas territoriais : análises espaço-temporais**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____.A produção das estruturas territoriais e sua representação.In. SAQUET, M. A. & SPOSITO, E. S. **Territórios e territorialidades-** Teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão popular, 2009.

_____. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROCHA, A. S. **Baixada Fluminense: representações espaciais e disputas de legitimidades na composição territorial municipal**. Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFF (Dissertação de Mestrado), 2009.

_____. **Algumas considerações sobre espaço e representação: subsídios para uma análise geográfica**. In: I congresso Brasileiro sobre organização do Espaço. UNESP: Rio Claro, 2010.

SAQUET, M. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007